



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 28 DE SETEMBRO DE 2010.-----

----- **ACTA NÚMERO SEIS** -----

No dia vinte e oito de Setembro de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Gonçalo Filipe da Silva Bastos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes Deputados Municipais: -----

José Manuel Mata Justo, Emanuel de Jesus Colaço Costa, José Figueiredo, Nélia Rute Jorge Simões, Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Alberto dos Santos Fernandes, Celina Marques Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo José Caçoila, Elsa Cristina da Silva Monteiro, Avelino dos Santos Antunes, Ingeburga Zanga de Oliveira, Pedro Jorge Firmino Lisboa, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, José Francisco dos Santos, Luís Antas, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Miguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais, António José Lopes Saltão e Carla Isabel Marques Braziel. -----

Solicitou suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Jorge Manuel Rodrigues Tavares, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira. -----

Maria Fernanda Pereira Fernandes, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nélia Rute Jorge Simões. -----

Pedro Manuel Gomes do Carmo, tendo sido substituído pela Deputada Municipal, Elsa Cristina Silva Monteiro. -----

Humberto Manuel Pereira Lopes, tendo sido substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia do Afonsoeiro, Luís Antas. -----

Sandra Isabel Candeias Lopes Anes, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Pedro Jorge Firmino Lisboa. -----

Álvaro José de Oliveira Saraiva, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, José Figueiredo. -----

Isabel Cristina Guedes Góis Camacho, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Alberto Emanuel Simões dos Santos. -----

A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta e pelos Senhores Vereadores: Maria Clara de Oliveira da Silva, Renato José Diniz Gonçalves. -----

Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Joaquim António Lopes da Silva Batalha, Nuno Alexandre Camacho Cabral Ferrão e Lucília Maria Samoreno Ferra. -----

*Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente, cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Vereação e o público presente, abriu o período destinado à **intervenção do público**, de acordo com o artigo 32º. do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo.-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Município – Nuno Catarino, no uso da palavra, informou os presentes que pertence à Comissão de Utentes do Cais do Seixalinho, uma comissão independente e voluntária, que foi criada para exigir o que foi prometido aquando da passagem dos barcos do centro da cidade para o Cais do Seixalinho, pretendem levar a petição que estão a organizar à Assembleia da República. Gostava de ouvir as opiniões de todas as bancadas. -----

A Município – Élia Alves, no uso da palavra, informou os presentes, que é funcionária de uma empresa sediada no concelho do Montijo, designada por Montitec; a mesma atravessa uma grave crise financeira, os trabalhadores desde Agosto não recebem ordenados, incluindo subsídios, a empresa possui cerca de 80 trabalhadores, está muito preocupada com o futuro e queria de saber se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal podem intervir e gostava de ouvir a opinião de todas as bancadas. -----

O Município – Joaquim Correia, no uso da palavra, informou os presentes sobre a situação actual em que se encontra o Cais dos Vapores, informou ainda que o rio devia ser dragado para os pescadores poderem navegar no rio, que os pescadores do Montijo atracam os seus barcos no Cais do Samouco e pediu explicações quanto assoreamento da cala do Montijo. -----

O Vice-Presidente da Câmara – Nuno Ribeiro Cañta, disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montijo, Senhores Deputados e Senhores e Senhoras Múncipes, Boa Noite a todos. Ouvimos atentamente as diversas questões colocadas pelos senhores múnícipes. Vamos começar por responder às questões colocadas pelo Senhor Nuno Catarino, representante da Associação de Utentes do Cais do Seixalinho e que, desde já, saúdo. A maior parte das perguntas que faz referem-se a gratuitidades, isto é, à prestação de serviços sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

encargos para o utilizador. Pergunta, porque o Município ainda não implementou um sistema de transportes por "Mini-Bus" gratuitos, entre o centro da cidade e o Cais do Seixalinho. E afirma que é uma promessa não cumprida. Primeiro, deve ser esclarecido que a Câmara nunca colocou a hipótese de garantir transportes gratuitos, porque não tem orçamento para uma medida dessas e, também, porque mantém uma concessão de transporte público com a empresa Transportes Sul do Tejo, datado dos anos 60, e que obriga a uma concertação entre as partes quanto aos transportes públicos urbanos na cidade. O que foi garantido, na altura, e que se conseguiu teve a ver com os custos do passe social ou os custos do bilhete de barco mais o do autocarro a praticar no Seixalinho serem iguais ou inferiores aos custos praticados no Cais dos Vapores. Isto é, a Câmara garantiu que os preços dos transportes públicos não tinham acréscimos e alguns seriam reduzidos, como os do barco. ----- Em conjunto com a medida anterior apresentou-se a possibilidade de existir carreiras entre o centro da cidade e o Cais do Seixalinho por mini-autocarros. Esta proposta tinha em conta o transporte de pessoas do centro para o Cais do Seixalinho. Todavia, a mesma não foi implementada devido à dinâmica e ajustes que os transportes públicos urbanos sofreram nos últimos anos. É preciso ter presente que a esmagadora maioria dos passageiros que utilizam diariamente os transportes públicos para chegarem ao Cais do Seixalinho, habitam nos bairros. Pelo que, de modo a garantir uma maior comodidade para os passageiros, a transportadora efectua carreiras directas entre os vários bairros da cidade e o Cais do Seixalinho. Algumas dessas carreiras passam regularmente pelo centro da cidade e rebatem no Cais do Seixalinho, o que torna desnecessário o sistema de mini-autocarros. Os transportes públicos na cidade melhoraram muito após a mudança do terminal fluvial para o Seixalinho e não houve qualquer agravamento de custos para o utilizador. Passamos de uma rede de transportes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

muito limitada para um sistema onde há maior oferta e comodidade. No entanto, reconhecemos que é necessário continuar a melhorar os aspectos qualitativos e o conforto dos transportes públicos na cidade. Isso sim, é uma luta para a qual todos devemos ser convocados. -----

Quanto à segunda questão sobre a gratuitidade do parque de estacionamento do Cais do Seixalinho, queremos recordar que o Partido Socialista e o executivo Municipal nunca prometeu, nem podia prometer, que o parque de estacionamento do Cais do Seixalinho seria gratuito. A única força política que levantou essa possibilidade foi o Bloco de Esquerda, Mas, nessa altura, a Câmara classificou bem qual a sua posição sobre o assunto e que se mantém hoje. O compromisso do Município com os passageiros e utilizadores do transporte fluvial foi o seguinte: o custo do bilhete e do passe social no Cais do Seixalinho, incluindo no último o estacionamento, seria inferior ao que os passageiros suportavam no terminal do Cais dos Vapores. E, queremos, aqui afirmar, que essa promessa foi cumprida. No entanto, quero alertar a Comissão de Utentes que todos os parques de estacionamento nos terminais da Transtejo da margem esquerda do Tejo, são pagos, como nos concelhos do Barreiro, Seixal e Almada. Primeiro, porque fazem parte do património gerido pela Transtejo. E, segundo o nosso ponto de vista, faz sentido porque é uma forma de desincentivo ao transporte privado e de promoção à utilização dos transportes públicos. Pelo que, todos aqueles que defendem um desenvolvimento sustentável devem promover os transportes públicos, esse será o nosso caminho. Quanto à conclusão da circular exterior, queremos informara Comissão de Utentes que continuamos empenhados a desenvolver o que falta da infra-estrutura. Pois, o executivo camarário considera que é uma obra fundamental para o ordenamento territorial e planeamento estratégico da cidade do Montijo. Como é do conhecimento de todos, a construção da circular externa resulta de um protocolo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

de colaboração entre o Município e as Estradas de Portugal. No entanto, a execução deste compromisso ficou afectada pelo célebre discurso da “tanga”, o que nos obrigou a desfazer temporalmente a sua concretização. Assim, tivemos de equacionar a divisão da obra em fases. Começamos pelo troço do Fórum Montijo, construímos no mandato passado a 2ª fase, num troço entre a Estrada Nacional nº 4 e o Bairro do Esteval, e, finalmente, inauguramos este ano o pequeno troço entre as portas da cidade e a Estrada Nacional nº 4. Como se vê, temos vindo a concretizar este compromisso com a cidade, apesar de todas as dificuldades financeiras e orçamentais, pelos quais temos passado. Actualmente, temos em preparação uma 4ª fase, que compreende o troço de ligação entre o Bairro do Esteval e a Estrada Nacional nº 119 (que liga o Montijo a Alcochete). Contudo, pelo actual estado das contas públicas teremos de voltar a dilatar no tempo a construção da circular externa. Uma coisa pode ter como certa, o executivo municipal continuará a trabalhar para, dentro do contexto existente, concluir a circular externa. -----

No que respeita à questão colocada pela senhora munícipe Élia Alves, queremos, desde já, manifestar uma total solidariedade para com os trabalhadores da Montitec. Além disso, e porque não conheço pessoalmente o caso, iremos tomar as diligências necessárias ao conhecimento deste caso. -----

Relativamente à questão colocada pelo munícipe, Joaquim Correia, sobre o assoreamento da cala do Montijo, devemos esclarecer que o assoreamento da cala do Montijo nada tem a ver com a mudança do terminal fluvial, como tentou relacionar na sua exposição. O assoreamento é um processo natural das calas artificiais, como é a cala do Montijo, e, neste caso, foi acelerado pela navegação dos Catamarã. Estas embarcações têm motores muito potentes que destruíram as paredes da cala e ainda as paredes das salinas e dos viveiros. E, não é demais voltar a afirmar que, a mudança do terminal para o Seixalinho, se deve também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

à necessidade de preservar a nossa paisagem ribeirinha. Este facto, não quer dizer que a Câmara não se preocupa com o assunto, mas antes temos de colocar o mesmo às autoridades competentes. E, é isso que temos feito, quer junto da Associação do Porto de Lisboa, quer junto ao Ministério do Ambiente. O plano de Ordenamento do Estuário do Tejo poderá ser um bom instrumento para encontrar uma forma de resolver o assoreamento da cala do Montijo. Mas, a nossa posição não resulta de nossos facticimos políticos, mas de considerarmos com convicção que o Rio Tejo e o seu Estuário serão estratégicos, como sempre foram, para o nosso desenvolvimento. -----

Bom Senhor Presidente, consideramos que respondemos mais sucintamente que conseguimos a todas as questões dos munícipes. -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, disse que relativamente ao Cais do Seixalinho, basta ver os documentos e a Comunicação Social da época “Lisboa mais perto e mais barata” e hoje está precisamente ao contrário. Houve uma promessa política sobre esta matéria e hoje o Partido Socialista diz que nunca prometeu, trata-se de uma amnésia política. Damos todo o apoio a esta justa reclamação da Comissão de Utentes. Salientou ainda que o comércio também esteve contra a mudança dos barcos para o Seixalinho e que prejudicou em muito os comerciantes. Na altura foi dito pelo Partido Socialista que o parque de estacionamento no Seixalinho seria grátis. Os Transportes Sul do Tejo poupam cerca de 35 milhões por ano, os utentes foram prejudicados e quem beneficiou foi os Transportes Sul do Tejo. Mostrou ainda disponibilidade para com os trabalhadores da Montitec e culpa o governo desta situação e do que se esta a passar por todo o país.” -----

O Deputado Municipal – Ricardo Caçoila, no uso da palavra, felicitou a Comissão de Utentes por terem esta iniciativa e de reclamarem justiça. Informou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

ainda que o Bloco de Esquerda dentro das suas possibilidades irá dar todo o apoio e aprofundar a questão. Disse que era bom serem uma Comissão de Utentes independente. -----

Em relação à Montitec, disse que infelizmente era o que estava a acontecer um pouco por todo o país, e é parte do governo do PS e PSD que há 30 anos que estão no poder. -----

O Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues, no uso da palavra, disse que o PPD/PSD.CDS.PP está à vontade para falar sobre este assunto, pois foram contra esta mudança e sempre disseram que esta mudança prejudicaria em muito a cidade de Montijo. O PPD/PSD.CDS.PP colaborará com a Comissão de Utentes, na medida em que esta seja independente. -----

Quanto à cala não passa disto, de promessas, aliás, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Montijo nunca se manifestou sobre este assunto, nem quis. É da responsabilidade da Câmara Municipal de Montijo, intervir e ajudar os pescadores, nem que seja só um pescador, desde que este retire do rio o seu sustento e de sua família. -----

Em relação à Montitec, não conheço a empresa mas julgo que haverá alguma forma de intervir para ajudar. -----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, informou que a transferência do Cais dos Vapores para o Cais do Seixalinho, foi benéfica para a cidade, para o trânsito e também ao nível do estacionamento. Em 2002 todos os parques de estacionamento, nomeadamente Montijo, Seixal e Barreiro, passaram a ser geridos por uma empresa “Gisparque”. A transformação permitiu reestruturar, diminuir o ruído da cidade, passou a haver mais qualidade e segurança. Mas compreende que poderá a haver aspectos a melhorar. Disse ainda que o Partido Socialista pretende colaborar com a Comissão de Utentes. -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

As actas n.º 2, 3, 4 e 5 que se encontravam para aprovação, foram retiradas por indicação do Presidente da Assembleia, devido as mesmas terem sido distribuídas só pelos líderes partidários, ou seja, todos os deputados municipais deveriam de receber um exemplar de cada. Deverá ser marcada uma Conferência de Representantes, para discutir o teor das actas. As mesmas deverão ser apresentadas na próxima Assembleia Municipal. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Deputado Municipal – Alberto Fernandes, no uso da palavra, fez várias intervenções, as quais abaixo se transcreve: -----

“Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozono – O Dia Internacional para a Preservação da Camada do Ozono, que se assinala dia 16 de Setembro, foi designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1994 para comemorar dia da assinatura do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que prejudicam a Camada de Ozono, em 1987. Inicialmente assinado por 46 países, o Protocolo de Montreal foi sendo alvo de emendas e aditamentos ao longo dos anos. Em Dezembro de 1999, a Declaração de Pequim, aprovada durante a reunião dos subscritores do Protocolo de Montreal, reafirmou o compromisso de 175 governos, organizações internacionais, indústrias e outros grupos de conseguir a eliminação progressiva dos produtos químicos que destroem a camada de ozono da atmosfera. Desde essa data que os vários países dedicam este dia à promoção de actividades compatíveis com os objectivos do Protocolo de Montreal e das suas alterações. A camada de ozono é um frágil escudo feito de gás que protege a Terra das radiações nocivas do sol, contribuindo, deste modo, a preservação da vida no planeta. -----

A preservação do ambiente, em geral, e da camada do ozono, em particular, estão muitas vezes ligadas a pequenos gestos que apenas dependem de nós próprios: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- *usar produtos rotulados como “amigos do ozono”;* -----
- *Assegurar que os técnicos que reparam os frigoríficos e aparelhos de ar condicionado recuperam e reciclam os velhos CFC's de modo a que estes não sejam libertados para a atmosfera;* -----
- *Verificar regularmente os aparelhos de ar condicionado das viaturas sobre os eventuais fugas e proceder à mudança do refrigerante do carro caso o aparelho de ar condicionado necessite de uma grande reparação;* -----
- *Proceder à entrega de frigoríficos, aparelhos de ar condicionado e desumidificadores usados em locais de reciclagem;* - *Trocar extintores que usem “halon” por outros que usem compostos alternativos (ex. dióxido de carbono ou espuma);* -----
- *Promover actividades escolares e cívicas com o objectivo de aumentar a consciência do problema e fomentar a acção local.* -----

Em 2000 foi prometido aos Montijenses um eléctrico que ligaria a centro da cidade ao Cais do Seixalinho. Este eléctrico permitiria reduzir drasticamente a poluição e gases de efeito de estufa. -----

Pergunto: está efectivamente o Executivo Municipal a planear a implementação de eléctricos para o Cais do Seixalinho, ou qualquer outro tipo de locomoção eléctrica, a gás, solar, térmica, fotovoltaica, etc.? Se sim, qual a data? Ou será: Eléctricos...Jamé?. -----

Proposta de Constituição de Grupo de Trabalho -----

“Alberto Emanuel Simões dos Santos Fernandes, Deputado da bancada do PSD/CDS-PP vem, ao abrigo da alínea f) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal do Montijo, aprovado em 22 de Novembro de 2002, propor a constituição de um grupo de trabalho, representativo da Assembleia Municipal com o objectivo de propor melhores condições de conhecimento e informação disponibilizada para o Concelho de Montijo relativamente à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

temática da energia, bem como efectuar o acompanhamento e monitorização da execução das intervenções previstas e assegurar a ligação da Assembleia Municipal do Montijo com outras instituições congéneres nacionais e estrangeiras, designadamente estruturas de observação recolha de dados, de investigação e de análise sistemática da temática energia." -----

Pedido de Informação - Alberto Emanuel Simões dos Santos Fernandes, Deputado da bancada do PSD/CDS-PP vem, ao abrigo da alínea f) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal do Montijo, aprovado em 22 de Novembro de 2002, as seguintes informações: -----

1. Acções tomadas pelo Executivo Municipal com vista à redução do consumo de energia nos edifícios e Serviços Municipais de que é responsável (acção, data de implementação e redução de consumo esperado); -----
2. Objectivo global percentual, a atingir no final do ano 2010, 2011 e 2012 com as acções de redução do consumo de energia nos edifícios e Serviços Municipais de que é responsável; -----
3. Pegada ecológica do Concelho do Montijo; -----
4. Acções tomadas e a tomar (em fase de planeamento) para redução das 277,5 T de CO2 emitidas em 2008, segundo a matriz energética da Senergia. -----
5. Cópia do Plano Estratégico do Montijo, a existir, ou não existindo, a documentação sobre: -----
 - a) Estado da iluminação pública no Concelho do Montijo e caracterização da sua manutenção; -----
 - b) Recursos Endógenos do Concelho do Montijo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- c) *Perspectivas de evolução do consumo energético e de emissão dos gases de efeito de estufa, incluindo CO2 associados ao consumo energético no Concelho do Montijo; -----*
- d) *Projeções na procura de Energia Eléctrica para o quinquénio seguinte, devidamente separado em energia primária, no Concelho do Montijo; -----*
- e) *Medidas de intervenção para utilização racional da energia, valorização dos recursos energéticos endógenos, previstos para o quinquénio seguinte, no Concelho do Montijo. -----*

Aguardo uma resposta célere.” -----

O 5 de Outubro, a República e a Educação em Portugal – *Comemora-se no próximo dia 5 de Outubro o primeiro centenário da instauração da República, marco histórico recente nos muitos séculos que Portugal leva de vida. -----*

Uma nação faz-se de grandes homens e mulheres, de feitos históricos e de outros para os quais olhamos com pena. -----

A revolução de 1910 trouxe uma alteração também ao sistema e modelo de ensino, antes privilégio de alguns, não de todos. -----

A transição do século XIX para o século XX, segundo diversos autores, um momento decisivo do processo de construção da chamada escola de massas em Portugal, assumindo a escola uma grande centralidade no quadro do projecto de homogenização cultural dirigido pela elite política e intelectual da época e centrado na ideia de Estado-nação. É durante a primeira república que o desfasamento entre um discurso educativo optimista e as limitações do processo de escolarização de massas é mais visível. No seu sentido pleno a democratização do ensino não fazia parte dos planos da República. -----

A naturalização do ensino apenas é colocada tão só a da necessidade de todos acederem a um nível mínimo de instrução, como parte da sua integração cívica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

na sociedade republicana. Foi João de Barros que deu o mote e passo a citar do texto intitulado Educação e democracia “A organização democrática das sociedades modernas impõe, com efeito, um mínimo de educação a todos os indivíduos que a elas pertencem e que, chamados a intervir na vida social e no governo dos respectivos países por motivo dessa mesma organização, nunca o poderão fazer conscientemente e proficuamente sem a consciência cívica resultante da educação a que têm direito... da educação para todos nasceu da própria existência das democracias.” -----

Com os Estado novo, o debate sobre a educação passou a ser ao redor da Escola Única, uma forma de organização da escola de modo a que ela seja acessível a todos os seus membros em igualdade de condições, segundo as suas aptidões e competências e não segundo a sua situação económica e social, até uma idade considerada adequada para o aparecimento de quaisquer especializações designadamente as de natureza profissional. Representa aquilo que ficou mais conhecido pela democracia. -----

Com o 25 de Abril, instalou-se a revolução nas escolas. O grande objectivo a democratização do sistema. Deve-se a Rui Grácio a unificação do sistema de ensino, o acabar com as Escolas Industriais e Comerciais e a implementação de um sistema de educação que permitisse a igualdade de oportunidades a todos. A ideia de Escola para todos que estivera presente no pensamento liberal e republicano, apresentava uma ligação estreita entre a concepção de igualdade de oportunidades no acesso à educação, e a selecção meritocrática dos alunos, os melhores e os mais capazes com o objectivo de construir uma elite dirigente. - O que é certo é que 36 anos volvidos após o 25 de Abril de 74, a Escola para todos, enquanto construção do processo de autonomia de alunos, professores e população em geral, ainda está por cumprir, como o demonstram os problemas e debates que atravessam o campo educativo. Para Luís Souta isto deve-se mais à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

quebra dos valores da autoridade e da disciplina, do trabalho e da exigência, do rigor e da responsabilidade. -----

A violência é cada vez mais, um fenómeno da juventude. Os professores são confrontados com um aumento da violência e da delinquência no seio dos estabelecimentos escolares, desconhecida há 15 anos atrás. Segundo o Projecto Escola Segura, a criminalidade tem vindo a aumentar, com subidas impressionantes nas «ofensas sexuais, vandalismo, posse ou consumo de estupefacientes e roubos, a acrescentar ao tabaco e álcool». -----

Luis Souta recomenda a leitura do livro “Malditoi Prof!” de Nicolas Revol, um livro que por vezes incomoda e fere quem o lê, quando transcreve a linguagem vulgar e ordinária dos seus alunos, a provocação, a falta de respeito, o enxovalho e a selvajaria a que hoje os Professores estão sujeitos. Este tipo de comportamentos também realidade no ensino em Portugal, passam impunes e são desculpabilizados, numa permissividade que se generaliza. Diz Vasco Pulido Valente: “nestes anos os vários ministros têm-se aplicado a dissolver a sua autoridade e a dos Professores”. Não é de estranhar o insucesso escolar, face ao comportamento escolar de muitos estudantes que frequentam sobretudo o pátio e a cantina da escola, faltando às aulas. -----

Numa carta publicada no Diário de Notícias, um avô preocupado comenta: “estas pessoas tendem a ver a escola como um armazém, um ATL, uma casa de guarda... Só falta mesmo os seus filhos já virem, ao fim do dia, com o banho tomado, o pijama vestido e os trabalhos escolares feitos.” -----

É a total desresponsabilização dos Pais e Encarregados de Educação, que fazem valer a máxima (ou mínima): “se o filho tem boas notas é porque é muito inteligente e muito esperto, se tem más notas é porque o Professor não presta e não sabe explicar.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

E o que faz o Governo por intermédio do Ministério da Educação? Cria alternativas de facilitismo para os alunos com insucesso (também poderemos denominá-los por “não aprendentes”), novas oportunidades, etc. -----

Recentemente veio a público a entrada de um aluno de medicina com 20 valores, mas sem ter o ensino secundário, vindo das novas oportunidades. Independentemente do mérito do aluno, foi uma forma de torneir a lei, não queimar as pestanas a estudar, e, sem sombra de dúvidas, tirar o lugar a algum aluno brilhante do secundário. É esta a Escola Única que temos. É este modelo de ensino que o Partido Socialista nos proporciona. -----

Não foram estes os ideais defendidos pelos Republicanos após 1910”. -----

Pedido de Informação - *Alberto Emanuel Simões dos Santos Fernandes, Deputado da bancada do PSD/CDS-PP vem, ao abrigo da alínea f) do artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal do Montijo, aprovado em 22 de Novembro de 2002, as seguintes informações relativas aos objectivos estabelecidos na Carta Educativa do Concelho do Montijo, todos para os anos posteriores à aprovação da Carta Educativa (2007 a 2009): -----*

- 1. Taxa líquida de pré-escolarização das crianças entre os 3 e os 5 anos; ----*
- 2. Taxas de desistência escolar no 2º e 3º ciclos do ensino básico por jovens com idades iguais ou inferiores a 15 anos; -----*
- 3. Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, englobando os alunos matriculados em cursos gerais e profissionalizantes; -----*
- 4. Nível de envolvimento em cursos de alfabetização e de actualização, indivíduos com mais de 18 anos sem qualquer nível de ensino ou com um nível de literacia muito baixo; -----*
- 5. Número de indivíduos com mais de 18 anos que obtiveram uma certificação de competências; -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

6. *Quantos e quais os novos Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de tipo 5 (para jovens em risco de abandono escolar), criados nas freguesias da zona Este do Concelho; -----*
7. *Quantos cursos CET (Cursos de Especialização Tecnológica) foram criados e onde; -----*
- Aguardo uma resposta célere”. -----*

A terra mais maciçamente republicana – Montijo passou a ser a terra algumas vezes mais maciçamente republicana e outras vezes nada maciçamente republicana. -----

Basta ver os anúncios publicados pelo Executivo da câmara Municipal do Montijo, no Jornal do Montijo: na mesma edição uns têm a frase, outros não. ---- Politicamente a Presidente da Câmara tem de assumir a incompetência que este exemplo demonstra pela falta de cuidado É um “petit rien”. Mas muitos “petit rien” deixam de fazer sentido. -----

Para mim, esta situação apenas reflecte o desnorte e a falta de organização, coordenação e competência que por estes meses tem andado para os lados do edificio dos Paços do Concelho. Quem manda? Quem verifica? Quem coordena? Quem paga? -----

A última questão é a única que todos os Montijenses sabem responder: todos nós, que trabalhamos e pagamos impostos. Todos nós que não usamos a política para garantir um “tacho”, uma cunha, um lugar que vemos, diariamente, o compadrio e a promiscuidade serem usados por uns em detrimento de outros, só porque não têm cartãozinho, só porque não são filhos de fulano, genros de sicrano, primos, enteados, vizinhos o periquito mais o peixinho vermelho. -----

A República não se implantou em 1910 para cem anos mais tarde estarmos numa situação em tudo idêntica ao que reinava na Monarquia. O Rei era apenas uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

figura de estilo, um palonça que servia apenas para assinar o que lhe colocavam à frente.” -----

*O Deputado Municipal – Ricardo Caçoila, no uso da palavra, apresentou uma **Recomendação** à Assembleia, cujo teor passo a transcrever: “**Para que seja efectuado um estudo no âmbito das Energias Renováveis** – Um dos grandes desafios das sociedades modernas prende-se com a forma como se utiliza a Energia. Quer ao nível da prospecção, do aproveitamento de fontes energéticas e do próprio consumo. -----*

O objectivo da gestão da energia é reduzir/optimizar a quantidade de energia consumida numa determinada actividade. -----

A gestão do uso da energia, a identificação dos desperdícios e propostas para a contínua melhoria da eficiência energética é uma responsabilidade de todos nós, cidadãos e principalmente dos decisores políticos, quer ao nível governamental quer ao nível municipal/intermunicipal. -----

À responsabilidade política deve estar associada a promoção de estilos de vidas saudáveis num conceito de desenvolvimento sustentável. Também a gestão da energia deve ser promovida pelos decisores políticos não só ao nível informativo como também na incessante procura de novas formas de optimização e uso dos recursos disponíveis. -----

*A Assembleia Municipal de Montijo, reunida a 28 de Setembro de 2010, propõe ao executivo camarário a **elaboração de um estudo**, a ser entregue aos Membros da assembleia Municipal de Montijo até ao final de Janeiro de 2011, com vista a encontrar nas mais variadas formas a optimização e utilização de energia de fontes renováveis no Município. -----*

Destas destacam-se: -----

- *Utilização de Painéis Solares em edifícios públicos; -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- *Recolha de óleos de restaurantes e habitações para transformação em biodiesel e utilização em viaturas municipais; -----*
- *Possibilidade de utilização de veículos de pequenas dimensões/consumos, como motos, para as deslocações nas mais variadas actividades municipais; -----*
- *Utilização de GPL em viaturas municipais, ou veículos eléctricos; -----*
- *Entre outros.” -----*

A Deputada Municipal Celina Figueiredo, no uso da palavra e em nome da bancada da CDU, leu uma saudação alusiva ao Centenário da República, que passo transcrever: “A implantação da República em 1910 é um importante marco da história e da luta do povo português que importa assinalar. -----

A Primeira República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910 por cidadãos, agrupamentos e organizações progressistas e vanguardistas dentro do espectro político-social português, com o apoio incondicional e fundamental das camadas populares da cidade de Lisboa. -----

O Povo e as suas estruturas foram a alavanca de sucesso da Revolução. Quando a mesma parecia condenada ao fracasso, com o suicídio de Cândido dos Reis, foi o Povo que, assumindo a bandeira da República, resistiu na Rotunda e de lá saiu vitorioso. -----

Não podemos esquecer a componente militar do movimento republicano triunfante em Outubro de 1910, composta por elementos do Exército e da Armada, da classe de oficiais, sargentos e praças. Aliás, este amplo movimento contou com a acção de centenas de revolucionários civis, o que permitiu derrotar uma monarquia claudicante aos interesses de uma minoria e em clara desagregação, incapaz de dar resposta aos desafios do início do Século XX. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Os contributos dos revolucionários civis nas principais cidades e vilas portuguesas, imbuídos da lembrança do acontecimento revolucionário republicano protagonizado no Porto a 31 de Janeiro de 1891, contribuiu para a defesa e consolidação da República, sendo por isso mesmo um facto inegável da História de Portugal. -----

O concelho do Montijo deu um importante contributo na implementação e defesa dos ideais Republicanos. O facto do Partido Republicano ter ganho as eleições municipais de 1 de Novembro de 1908 em Aldeia Galega de outrora é disso exemplo marcante. -----

Todos os que honraram o ideal republicano e por ele lutaram e morreram, bebendo as máximas da Revolução Francesa de 1789, merecem o nosso respeito e memória. -----

Na constituição de 1911, foram finalmente abolidos todos os privilégios decorrentes do nascimento e criadas condições para que o mérito pessoal promovesse o acesso à educação e ao emprego, contribuindo para diminuir as assimetrias entre ricos e pobres. A separação da Igreja do Estado foi concretizada. O registo civil foi tornado obrigatório. Os problemas de habitação nas principais cidades foram enfrentados. Na Educação deram-se avanços significativos, erigiram-se novas escolas e dignificou-se a classe de professores.

A proclamação da República Portuguesa foi sem dúvida o primeiro grande marco da causa da Liberdade no Portugal do século XX, apesar dos limites e das incapacidades no cumprimento dos mais puros ideais republicanos que se verificou nos anos seguintes. -----

Os ideais republicanos aprisionados durante a ditadura fascista (1926/1974) permanecem vivos na memória do Povo Português como acto de libertação e a comemoração do 5 de Outubro transformou-se em jornada de luta, inserida na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril e que finalmente cumpriu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pode cumprir.” -----

O Deputado Municipal José Caria, no uso da palavra leu duas declarações, a primeira alusiva à Implantação da República, não tendo entregue à mesa. -----

A segunda declaração alusiva à OCDE – Education at a Glance 2010 (Relatório 2008) – cujo teor abaixo de transcreve: -----

“O relatório da OCDE, divulgado em 7 de Setembro, confirma mais uma vez o aumento do número de alunos em Portugal, revelando que a percentagem de jovens matriculados, entre os 15 e os 19 anos, atingiu, pela primeira vez, a média da OCDE. O relatório confirma também que Portugal apresenta uma taxa de frequência da educação pré-escolar superior à verificada na OCDE, sublinhando a importância desta oferta para um percurso escolar de sucesso. O relatório revela, por fim, que as turmas são mais pequenas em Portugal do que nos países da OCDE, e que há menos alunos por professor. Os dados do relatório têm como período de referência o ano de 2008. -----

Educação Pré-escolar (3-4 anos) -----

Portugal tem mais crianças a frequentar a educação pré-escolar do que a média dos países da OCDE. Em Portugal, 72,3% das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 4 anos estão inscritas em estabelecimentos de educação pré-escolar, valor superior aos 71,5% da OCDE. O resultado alcançado por Portugal beneficia do esforço do Governo e das autarquias na expansão da rede da educação pré-escolar, condição fundamental para o estabelecimento de igualdade de oportunidades no acesso à educação. Como a OCDE afirma neste relatório a educação pré-escolar é decisiva para o estabelecimento de efectivas condições de igualdade e para a concretização de um percurso escolar de sucesso. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Alunos Matriculados (15 -19 anos) -----

O número de alunos matriculados no sistema de ensino cresceu. A percentagem de jovens matriculados com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos situou-se nos 81%, **atingindo Portugal pela primeira vez a média dos países da OCDE.** A evolução registada neste domínio é sublinhada pela OCDE. Entre 1995 e 2008, a taxa de jovens matriculados no sistema de ensino subiu 13 pontos percentuais, dos quais 8 nos últimos 2 anos. A subida verificada reflecte a aposta na expansão e diversificação das vias profissionalizantes e o combate ao insucesso e ao abandono escolares. -----

População com Ensino Secundário (25-34 anos) -----

47% dos portugueses com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos têm como escolaridade mínima o ensino secundário, mais 3 pontos percentuais do que no ano anterior. O relatório da OCDE realça a extraordinária evolução de Portugal neste domínio. -----

Dimensão das turmas no ensino público -----

A dimensão das turmas, em Portugal, é inferior à observada para a média dos países da OCDE. -----

Nos primeiros seis anos de escolaridade, a dimensão média das turmas, em Portugal, é de 18,6 alunos. Nos países da OCDE, as turmas têm em média 21,6 alunos. O Japão (28 alunos por turma), o Reino Unido (25, 7 alunos por turma), os Estados Unidos (23,8 alunos por turma), a Austrália (23,2 alunos por turma), a França (22,7) e a Alemanha (21,9) apresentam turmas com uma dimensão muito superior à observada em Portugal. -----

No terceiro ciclo do ensino básico, em Portugal, as turmas têm em média 22,2 alunos, enquanto nos países da OCDE as turmas têm 23,7. A Alemanha (24,7 alunos por turma), a França (24,1 alunos por turma), a Espanha (23,6 alunos por turma), os Estados Unidos (23,2 alunos por turma) e a Austrália (23 alunos por turma) apresentam turmas com uma dimensão muito superior à observada em Portugal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Número de Alunos por Professor -----

O número de alunos por professor, em Portugal, é dos mais baixos dos países da OCDE. -----

Nos primeiros 6 anos de escolaridade, o número de alunos por professor é de 11,3, contrastando com o valor de 16,4 para a média dos países da OCDE. O Reino Unido (20,2 alunos por professor), a França (19,9 alunos por professor), a Holanda (15,8 alunos por professor), a Finlândia (14,4 alunos por professor), e os Estados Unidos (14,3 alunos por professor) apresentam um maior número de alunos por professor. -----

No terceiro ciclo do ensino básico, a relação é de 8,1 alunos por professor, enquanto nos países da OCDE a média se situa nos 13,7. Portugal regista o número mais baixo de alunos por professor no quadro dos países da OCDE. A Alemanha (15 alunos por professor), o Reino Unido (15 alunos por professor), os Estados Unidos (14,8 alunos por professor) e a França (14,6 alunos por professor) apresentam claramente um número mais elevado de alunos por professor. -----

No ensino secundário, o número de alunos por professor é de 7,3, valor muito distante da média dos países da OCDE (13,5). Portugal regista o número mais baixo de alunos por professor no quadro dos países da OCDE. A Finlândia (15,9 alunos por professor), os Estados Unidos (15,6 alunos por professor), a Suécia (14,7 alunos por professor) e a Alemanha (14 alunos por professor) apresentam notoriamente um número mais elevado de alunos por professor.” -----

A Deputada Municipal – Marília Reimão, no uso da palavra, leu uma declaração que passo a transcrever: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores. Com o passar dos vários mandatos do Partido Socialista é notória a falta de ideias para solucionar os problemas mais básicos do nosso concelho, mas nunca tão acentuado como neste último ano. É sabido que neste momento o município passa por dificuldades económicas, resultado do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

corde das transferências da administração central e da estagnação da construção civil no Concelho, consequência da grave crise económica que o país atravessa, mas existem pequenas coisas que podem ser feitas para manter a imagem do Concelho. -----

É com profunda tristeza que vejo o Concelho do Montijo a degradar-se, e a perder qualidade de vida pouco a pouco. As ruas estão sujas, a calçada levantada, há feno e ervas por todo o lado, podemos ver os exemplos: Da circular paralela a Rua José Joaquim Marques, das novas urbanizações e dos espaços que as circundam, é só mato à volta, a zona envolvente da Praça de Toiros, da Urbanização Nossa Senhora da Atalaia as traseiras do Cemitério, são uma das entradas da nossa cidade, não devia ser o nosso cartão-de-visita? Mas não ficamos por aqui, basta fazer um passeio pelas freguesias rurais que verificamos o mesmo, os caminhos estão ladeados de mato e lixo, com o Verão quente que tivemos este ano, foi com muita sorte que não tivemos nenhum incêndio grave, com o conseqüente risco para as pessoas e bens. Sabemos que alguns dos espaços são do domínio privado, mas não é dever da autarquia aproveitar mecanismos legais para obrigar os proprietários a limpar as suas propriedades? -----

Os jardins estão mal tratados e cheios de lixo, as papeleiras não são despejadas. Na rega existe um grande desperdício de água, e não é a água um bem precioso, que não dura para sempre, e que temos de preservar para as gerações futuras? Os aspersores não são devidamente supervisionados para serem regulados logo que precisem, estão semanas e meses a desperdiçar água, mas ninguém vê! ----- Pergunto assim, ao Executivo Municipal, se existe um rácio aproximado de um funcionário municipal para quarenta habitantes, não é uma má gestão dos Recursos Humanos da Autarquia? Não podem ser rentabilizados para melhor servirem a população? São os custos assim tão elevados? Não são estes serviços básicos que cada autarquia deve de prestar à população? É o mínimo, não? " ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Presidente da Junta de Freguesia de Montijo – Francisco Santos, no uso da palavra, leu uma declaração, alusiva à Escola Integrada Esteval/Areias e o início do ano escolar, que passo a transcrever: “ – É usual nestes últimos anos e nesta data algumas intervenções sobre a abertura do novo ano escolar. -----

Mas longe vão os tempos em que o início do ano lectivo, era um autêntico suplício para toda a comunidade, refiro-me essencialmente a nível nacional, uma vez que felizmente no nosso concelho, sempre ou quase sempre o início dos anos lectivos, se têm processado sem grandes atropelos. -----

Felizmente a situação alterou-se e hoje com excepção das crianças que iniciam os primeiros anos dos respectivos ciclos e que implica mudança de estabelecimentos de ensino, quase permite afirmar que o início do ano lectivo foi comparável a um dia normal de aulas. -----

Mas para além das considerações quanto ao início do ano escolar 201/2011, não podia com um certo orgulho como autarca, mas também como cidadão atento e preocupado com os problemas da educação, deixar de congratular-me com a entrada em funcionamento na passada segunda-feira, dia 27 de Setembro, da nova escola integrada Esteval/Areias. -----

Trata-se de um estabelecimento de ensino que dignifica a cidade e o concelho, possuindo todas as condições para a realização de actividades pedagógicas e desportivas. -----

Estamos a falar do primeiro estabelecimento de ensino no Concelho que irá permitir mais facilmente a ligação pedagógica entre o pré-escolar e os três ciclos do Ensino Básico. -----

No momento em que as condições financeiras do país são preocupantes, a entrada em funcionamento de um estabelecimento de ensino com características desta escola básica integrada (amplos espaços livres e cobertos para a realização de actividades desportivas, amplas e modernas salas de aula,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

auditório, excelentes condições de trabalho para o corpo docente, refeitório, etc.), prova inequivocamente que a educação foi, é e será sempre a aposta da Câmara Municipal e das Freguesias do Concelho. -----

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ao visitar a escola no passado dia 23, lembrei-me do livro do psicólogo Daniel Sampaio “Voltei à Escola” e que pena que senti do tempo não poder voltar para trás, acreditem que me sentiria honrado em fazer parte do corpo docente da Escola Integrada Esteval/Areias, mas fico feliz porque a comunidade educativa Alunos/Pais/Pessoal não docente principalmente os Professores, merecem pelo trabalho que têm realizado no concelho do Montijo, uma escola como a que entrou em funcionamento no passado dia 27.” -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, fez uma Saudação, cujo teor passo a transcrever: -----

“Saudamos a manifestação dos funcionários públicos, pela exigência de melhores condições salariais, pela progressão nas carreiras, contra as injustiças de que são alvos, por melhores condições de vida, denuncia e combate aos famigerados PEC – Planos ditos de Estabilidade e Crescimento, que mais não são de autênticas declarações de guerra aos trabalhadores que congela e retira salários põe em causa direitos, agrava as condições de vida. -----

Igualmente saudamos a manifestação convocada pela CGTP – Intersindical para o próximo dia 29, mais uma vez os trabalhadores irão lutar contra as injustiças da política que o governo dito fascista com o apoio do PSD e cumplicidade do CDS leva a efeito ao mesmo tempo que retira direitos sociais, baixa e congela salários, agrava as condições de vida da esmagadora maioria dos portugueses, mantém intactos os privilégios e benesses aos grandes grupos económicos e financeiros de que é bem demonstrativo o sector bancário, a especulação bolsista e imobiliário aumentando as desigualdades, tornando os ricos mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

ricos e os pobres mais pobres. O país e o mundo não tem falta de recursos nem de dinheiro, a distribuição de riqueza criada é para os grandes grupos económicos e o que origina a dita crise que mais não é que a crise do sistema capitalista.” -----

Apresentou ainda à Assembleia duas Moções, as quais respectivamente passo a transcrever: -----

----- 1ª MOÇÃO -----

- *“Considerando que no Concelho de Montijo e na região, aconteceu uma profunda calamidade que originou uma brutal queima nas uvas; -----*
- *Considerando que tal acontecimento vem colocar no limiar da falência muitos produtores de uva com particular relevo para os pequenos e médios já com dificuldades devido ao baixo preço da uva ao produtor; ---*
- *Considerando que são necessárias medidas por parte do Governo/Ministério da Agricultura que reponha os prejuízos causados, criando condições indispensáveis para a reposição da capacidade produtiva; -----*

A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 28 de Setembro de 2010, delibera: -----

- *Apoiar as justas reclamações dos produtores de uva por medidas compensadoras dos prejuízos causados. -----*
- *Reclamar que o Governo/Ministério da Agricultura à semelhança de outras calamidades, encontre as medidas que reponham os prejuízos causados.”* -----

----- 2ª MOÇÃO -----

“A Montitec é uma empresa do sector das indústrias eléctricas, que opera no concelho do Montijo à mais de vinte anos, empregando hoje cerca de oitenta trabalhadores e trabalhadoras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Nestes últimos meses, os trabalhadores da Montitec tem se visto confrontados com a grave situação da empresa, que atravessa um período difícil do ponto de vista financeiro. -----

Ao dia de hoje, o salário do mês de Agosto e os subsídios de férias de 2008 e 2009 ainda não foram pagos, criando uma situação insustentável e já dramática para estes trabalhadores. -----

Acresce o facto de já estarmos no dia 28 de Setembro e não existir ainda qualquer perspectiva dos salários serem pagos, agravando ainda mais a instabilidade, não só financeira, mas também emocional das famílias destes trabalhadores e trabalhadoras, que vêem o seu futuro ameaçado. -----

Neste difícil momento financeiro da empresa, não é justo que sejam os trabalhadores, a maioria dos quais com mais de vinte anos de casa, durante os quais tudo deram à empresa, que agora tenham de pagar a factura da situação em que a empresa se encontra. -----

Não são os trabalhadores, que são quem menos tem e quem menos pode, os culpados da crise em que vivemos. Esta é antes o resultado da acumulação da riqueza e da financeirização da economia, e, no nosso país, das políticas de destruição do aparelho produtivo nacional e do mercado interno, da desvalorização dos salários e da falta de investimento público. -----

O Concelho do Montijo, depois do encerramento de várias empresas do sector produtivo, não precisa de mais desemprego, bem pelo contrário, é justo e urgente que se faça tudo para salvaguardar o futuro da Montitec e ao mesmo tempo se assegure os postos de trabalho, os direitos e os salários dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal reunida em 28 de Setembro de 2010, delibera: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- *Manifestar aos trabalhadores e trabalhadoras a sua solidariedade face à difícil situação em que se encontram; -----*
- *Que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal do Montijo intervenham, com os meios que tiverem ao seu dispor, nomeadamente junto do Governo, no sentido da salvaguarda do futuro da Montitec, dos postos de trabalho e direitos dos trabalhadores; -----*
- *Manifestar ao Governo e ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social a sua preocupação relativamente ao futuro da Montitec e dos seus trabalhadores e exigir que este tome medidas, no sentido da resolução do problema, assegurando os postos de trabalho e os direitos de quem trabalha na empresa; -----*

A ser aprovada, esta Moção deve ser enviada à Assembleia da República, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e à Administração da Montitec.” -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, ainda no uso da palavra, questionou o seguinte: “Que tinha conhecimento que uma trabalhadora da Câmara Municipal de Montijo, tinha recebido um ofício da Câmara para se dirigir aos serviços para se efectuar o acerto de contas, com os contratos a termo determinado. Essa trabalhadora dirigiu-se à Secção respectiva e o que lhe foi dito é que a situação estava em averiguação. Tal situação é grave porque há trabalhadores nessas situações com compromissos assumidos em termos financeiros, considerando os valores que esperavam receber do acerto de contas como vinha sendo habitual. Em relação à opção gestonária qual o tipo de opção gestonária, considerando que a Câmara Municipal deve no cumprimento da Lei favorecer todos os trabalhadores abrangidos por essa premissa.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal – José Mata Justo, no uso da palavra, fez uma reflexão alusiva à República, que não chegou a concluir em virtude de ter esgotado o tempo do uso da palavra, que era de 20 minutos. -----

Regista-se ainda o facto, que o referido deputado disse que se sentia ofendido, por ter sido interrompido duas vezes, enquanto lia a sua intervenção e assim abandonou a sessão. -----

Pediu a palavra o Deputado Municipal - Paulo de Faria Ramos, da Bancada PPD/PSD.CDS.PP e informou o Presidente da Assembleia, que os deputados municipais presentes abandonariam a sessão, caso esta não fosse adiada, uma vez que não existia condições, para continuarem. -----

Eram 00 horas e 40 minutos quando os deputados do PPD/PSD abandonaram a sessão e eram 00 horas e 45 minutos, quando o deputado Alfredo Rodrigues abandonou a sessão em solidariedade com a restante bancada. -----

O Vice-Presidente da Câmara – Nuno Ribeiro Canta, no uso da palavra, disse: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos começar por agradecer as questões colocadas pelas várias bancadas e dizer que tentaremos apresentar respostas claras. Nestas palavras iniciais, não podemos deixar de comentar o que aqui se passou e que, genericamente, nos responsabiliza a todos. Os compromissos de qualquer político, em democracia, é para com aqueles que o elegem, para com o povo, e não para com o próprio, para com a sua personagem. Qualquer um de nós, nesta assembleia, é um representante de outros cidadãos e está, por isso, obrigado a uma elevada responsabilidade. Sem nos querermos imiscuir nos trabalhos deste órgão, devemos todos fazer uma reflexão sobre o que se passou e devemos contribuir para o funcionamento regular da Assembleia Municipal. Pois, esta reunião da Assembleia Municipal tem sido um exemplo do caminho que não devemos seguir. Todos assistiram a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

intervenções por parte de elementos da bancada do Partido Social Democrata que não têm dignidade, que procuram o caminho da mal decência, dos ataques pessoais e da vaidade pessoal. Ninguém pode sair prestigiado de tal espectáculo. Nós, pelo nosso lado, sempre procuramos contribuir para um funcionamento sadio da Assembleia Municipal, para o debate de ideias. Nunca tentamos dar primazia à forma sobre o conteúdo. Senhor Presidente, como os senhores deputados do Partido Social Democrata saíram da sala, irei passar às respostas para as questões dos deputados presentes. No entanto, não podemos deixar passarem claro as acusações de incompetência, desorientação e mau gasto de dinheiros públicos por parte do deputado Alberto Fernandes do Partido Social Democrata. As quais rejeitamos na íntegra. É preciso ter ousadia, falta de vergonha e uma certa inconsciência para nos atribuir tais práticas. Como é que pessoas sem qualquer curriculum na coisa pública montijense têm esta falta de bom senso. Como diz o povo “Os cães ladram e a caravana passa”. Referimo-nos, agora, às questões colocadas pelo senhor deputado Avelino Antunes. Quanto ao acerto de contas com os trabalhadores que terminaram os contratos a termo determinado, e segundo o conhecimento que disponho, é que são pagos mediante o seu término. Contudo, existem alguns desses trabalhadores que estão a concorrer a novos concursos que decorrem no Departamento de Recursos Humanos. Relativamente à notícia sobre o pagamento das rendas à PPL e sobre quando começou todo este “embróglio”. Realmente, senhor deputado, o espaço foi negociado e passou para o usufruto da Câmara Municipal durante a gestão PS/PSD, mas, os problemas começaram e agravaram-se na gestão ruinosa da CDU, o que acabou por levar à perda deste valioso património. Foi durante a gestão da CDU que o município foi notificado para resolver o assunto e nada fez. A responsabilidade pela perda deste património é da CDU. E, senhor deputado, por mais cambalhotas que faça, tal como o fio do balão, este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

problema será sempre um lastro da CDU. Mas, como se não bastasse toda esta trapalhada, o município ainda foi obrigado a ter de pagar uma renda pela ocupação do espaço. O valor a pagar por cada mês teve como base uma proposta, nos serviços centrais de Notariado, de 280 contos. Apesar das insistências do actual executivo, do Partido Socialista, para renegociar o valor, a PPL avançou com o processo e o mesmo teve agora o seu epílogo. Senhor Presidente, senhores deputados, como se depreende facilmente o município, todos os montijenses, foram vítimas de uma burla, que tem toda a legitimidade jurídica, mas que é moralmente condenável. E sobre isto não pode haver quaisquer dúvidas, porque factos são factos. Quanto à última questão colocada pelo senhor deputado da CDU, sobre a opção gestionária que o município vai adoptar e o modo como os outros municípios do distrito vão actuar. Bem o município do Montijo, irá pautar a sua actuação pela lei e ainda pelos princípios que orientam a legislação actual, como o cumprimento de objectivos, a qualidade do serviço público e o mérito dos funcionários. Quer isto dizer que a opção gestionária, do nosso ponto de vista, só se justifica quando queremos premiar os funcionários mais empenhados, mais dedicados e com mérito. Se existem municípios, deste distrito ou não, que vão aplicar a opção gestionária a todos os trabalhadores, sem seguirem o critério do mérito, eles lá saberão o porquê, nós vamos seguir a lei. Mas, a opção por uma opção gestionária global irá criar, de certeza, um problema orçamental. Este condicionalismo, faz com que a opção gestionária para todos passe a ser para alguns, por ventura os mais afectos a esta ou aquela cor política. Nesta matéria, como noutras, o nosso caminho não é o da facilidade, mas sim o da seriedade, da transparência e do mérito. Uma vida pública sem estes princípios orientadores leva a uma acção política que beneficia os interesses privados de alguns e prejudica as necessidades colectivas. Portanto, senhor deputado, se existirem justificações



B. Antunes
Relatório

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

para uma progressão com base no mérito, quer a Câmara Municipal, quer os Serviços Municipalizados, optarão pela opção gestonária conforme previsto na lei.” -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, disse: “Todas as câmaras do distrito de Setúbal, incluindo a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e Grândola que são de gestão do Partido Socialista, e que estão a ter a mesma opção que todas as restantes, o que se verifica assim que a Câmara Municipal de Montijo, é excepção no distrito e que os trabalhadores da Câmara Municipal de Montijo em igualdade de circunstâncias com os outros trabalhadores da região serão prejudicados por a Câmara Municipal de Montijo, ter a opção diferente das outras.” -----

*O Presidente da Assembleia, de seguida submeteu à votação a **Recomendação**, apresentada pelo **Bloco de Esquerda**, tendo obtido a seguinte votação: -----*

*“**Para que seja efectuado em estudo no âmbito das Energias Renováveis**” --- **Reprovada** com dezassete votos contra do PS, cinco votos a favor da CDU e 0 abstenções. -----*

*O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, fez uma **declaração de voto**, em nome da bancada da CDU. -----*

“Esta recomendação não devia ser reprovada, porque não iria prejudicar em nada, seria sim uma reflexão e ajudaria o nosso trabalho de futuro.” -----

*O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, fez uma **declaração de voto**, e disse: “Abancada do PS votou contra, porque este estudo já foi feito e aqui aprovado em Assembleia, tudo isto já foi feito.” -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Presidente da Assembleia, de seguida submeteu à votação a admissão das Moções apresentadas pela CDU, tendo as mesmas sido Aprovadas por Unanimidade.-----

Votação da 1ª Moção - Reprovada com dezassete votos contra do PS, cinco votos a favor da CDU, e 0 abstenções. -----

Votação da 2ª Moção - Reprovada com dezassete votos contra do PS, cinco votos a favor da CDU, e 1 abstenção (Deputado Municipal José Caria). -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, fez uma declaração de voto, em nome da bancada da CDU. -----

“A bancada do Partido Socialista não está solidária com os trabalhadores da Montitec e o Governo do Partido Socialista ainda agrava mais a situação.” -----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, fez uma declaração de voto, e disse: “O Partido Socialista está solidário com os trabalhadores da Montitec, tem conhecimento dos incumprimentos e consideramos que a Coligação Democrática Unitária utiliza este problema para atingir e manipular o Governo do Partido Socialista.” -----

O Senhor Presidente, deu conhecimento da Ordem de Trabalhos que tinha para apreciação os seguintes pontos: -----

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 293/10 – “Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis.” -----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 316/10 – “Desafecção do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal – Rectificação.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PONTO TRÊS - Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º. da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- ORDEM DO DIA -----

PONTO UM – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 293/10 – “Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis.”-----

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, apresentou uma Proposta, em nome da bancada da CDU.-----

“De acordo com a nossa posição de sempre nesta Assembleia referente a esta matéria importa relembrar: -----

- *Que sempre afirmamos e defendemos que a extinção da Contribuição Autárquica com a implementação do Imposto Municipal sobre imóveis, não poderia significar quebra da receita para o Município e no caso de se verificar teria que ser recebido pelo Poder Central, e em situação contrária de aumento de receita significaria que era à custa de um aumento de imposto e que nesse caso se deveria aplicar tabelas de forma a não prejudicar ainda mais os munícipes;*-----
- *Na actual situação impõe-se ainda mais os princípios atrás mencionados, dado o galopante agravamento das condições de vida;*-----
- *Considerando o exposto os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Montijo, propõem:*-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

- *A redução de 0,1% na arrecadação das taxas de imposto municipal sobre imóveis e que a mesma não coloca em causa a situação financeira da Autarquia;* -----
- *Neste sentido propomos a fixação em 0,6% a taxa de imposto municipal sobre imóveis para os prédios urbanos cujo valor tributável é encontrado por via da correcção monetária ponderada e 0,3% para os prédios avaliados em do CIMI.”* -----

O Senhor Presidente, de seguida submeteu à **votação a proposta apresentada pela CDU**, cujo teor acima se transcreveu e, tendo a Assembleia deliberado **reprová-la**, com dezasseis votos contra do PS, cinco votos a favor da CDU e 0 abstenções. -----

O Senhor Presidente, de seguida submeteu à **votação a proposta**, conforme se discrimina: **Proposta nº 293/10 do Executivo Camarário “Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis”**, tendo a Assembleia deliberado **aprová-la**, por maioria, com dezasseis votos a favor do PS, cinco votos contra da CDU e 0 abstenções. -----

O Deputado Municipal – Fernando Coelho, no uso da palavra, entregou à mesa uma **declaração de voto**, que não leu dado o adiantado da hora, cujo teor a seguir se transcreve: *“O IMI é um imposto que incide sobre o património imobiliário, sendo um imposto municipal (as receitas revertem a favor dos municípios), pago pelos respectivos proprietários. O reforço dos poderes tributários dos municípios, nomeadamente através do alargamento do intervalo de fixação das taxas no âmbito das políticas urbanística, cultural, de desenvolvimento e de combate à desertificação constitui uma das medidas que redundará numa maior responsabilização das autarquias perante as populações,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

e uma maior exigência dos munícipes para com os seus autarcas no exercício dos direitos e deveres de cidadania. Este Executivo Camarário sabe que um sistema tributário ideal é aquele que é equitativo, isto é, aquele onde cada contribuinte contribui com uma parcela justa, e que prescreve que “Todos devem pagar a sua Justa Contribuição”. A “Justa Contribuição” pode ser analisada através de 2 tipos de abordagem: Pela Abordagem do BENEFÍCIO – um Sistema Tributário equitativo é aquele onde cada indivíduo tributado contribui com uma quantia proporcional aos benefícios que ele obtém dos Serviços Públicos: - Os Serviços Públicos elevam o valor das propriedades e devem, por isso, ser suportados pelos proprietários beneficiados; - Se, no Município do Montijo, o nível de “Serviços Públicos” (entendido como os benefícios que os Municípes dele retiram) é mais elevado que na Moita (por exemplo), isso reflecte-se em valores mais elevados para as propriedades (moradias, andares, terrenos, etc.), isto é, o facto de existir, no Montijo, um acesso privilegiado a Lisboa, um equipamento comercial de elevada categoria, Obras públicas de grande relevo como a da Zona Ribeirinha ou a da execução da Circular Externa ou a de uma nova escola secundária, as quais acrescentam valor ao Município, então a procura de imóveis nessa região aumenta e o seu valor de mercado sobe. Isto significa que os Proprietários estão a ganhar, a beneficiar (os Economistas chamam a este fenómeno “Externalidades positivas”) porque os seus imóveis passam a valer bastante mais. Pela Abordagem da Capacidade de Pagamento, uma determinada Receita Total é necessária e cada Contribuinte é convidado a participar de acordo com a sua “Capacidade de Pagamento” – isto é – o mesmo montante de imposto deve ser pago por pessoas que possuam capacidades de pagamento idênticas e diferentes montantes devem incidir sobre pessoas que possuam Capacidades de Pagamento diferentes. Ora, quando se é Proprietário, isso significa que se pode, com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Propriedades, aumentar o consumo, através da respectiva alienação; Um indivíduo que não tenha imóveis não pode fazê-lo!!!! Um Proprietário detém uma Capacidade de Pagamento superior à de um Não-Proprietário; Também a posse de imóveis é sinónimo de Status e Poder, bem como segurança económica, isto é, Capacidade de Pagamento superior; Ora se o IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos imóveis que são propriedade de Pessoas que garantem, à partida e no fim, uma maior Capacidade de Pagamento, está-se a ser justo; Não nos devemos esquecer que existem inúmeras isenções para aqueles que, apesar de Proprietários, não são considerados como Contribuintes na plena acepção da palavra, por diversos motivos. Este Executivo Camarário conhece estas posições que legitimam, no nosso caso, a manutenção das taxas máximas do IMI para o exercício económico de 2011, sabendo que “contra factos não há argumentos”, isto é, é impensável continuar com uma política de investimentos séria e aguerrida baixando a receita!!! Por último, também não é socialmente justo que os Proprietários, que beneficiam claramente com a política eficaz de investimentos autárquicos e que possuem, claramente, uma superior capacidade de pagamento, a qual aumenta dum forma directamente proporcional ao aumento do nível de obras públicas, passem a contribuir menos para o “bolo”, isto é, para a despesa. Desta forma o grupo parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta n.º 293/2010.” -----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 316/10 – “Desafecção do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal – Rectificação.” -----

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea b) do n.º 4 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, de seguida submeteu à **votação a proposta**, conforme se discrimina: **Proposta nº 316/10 do Executivo Camarário “Desafectação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal – Rectificação”**, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com vinte votos a favor, dezasseis do PS, quatro da CDU e uma abstenção (Deputada Municipal Carla Braziel) -----

PONTO TRÊS - Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta, e declarada encerrada a presente Sessão Ordinária, eram duas horas do dia vinte e nove de Setembro de 2010. -----

E eu, *Joaquina Maria Guedo Barbosa*, Assistente Técnica, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

O Presidente -----

O 1.º Secretário -----

O 2.º Secretário -----